

**ELETROBRÁS PARTICIPAÇÕES S.A. - ELETROPAR****(COMPANHIA ABERTA)**  
**CNPJ 01.104.937/0001-70****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO  
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016***(Valores expressos em milhares de reais, exceto os mencionados em contrário)***NOTA 1 – INFORMAÇÕES GERAIS**

A Eletrobrás Participações S.A. - ELETROPAR é uma sociedade por ações, controlada pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS, foi criada em 29 de janeiro de 1996, pela Lei n.º 9.163, de 15 de dezembro de 1995, em decorrência da cisão da LIGHT – Serviços de Eletricidade S.A., possui sua sede na cidade do Rio de Janeiro e tem por objeto social a participação societária na Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. - ELETROPAULO e em outras sociedades.

Nessa condição, participa no capital social da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. - ELETROPAULO, da Energias do Brasil S.A. - ENERGIAS DO BRASIL, da Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. - EMAE, da CPFL Energia S.A. - CPFL Energia e da Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista S.A. - CTEEP, todas concessionárias de serviços públicos de energia elétrica no Estado de São Paulo, e também, da Eletronet S.A. - ELETRONET, sendo esta Sociedade de Propósito Específico, com atividades de transporte de sinais de informações e prestação de serviços de telecomunicações.

Vale registrar que a ELETROPAR continua inscrita no Programa Nacional de Desestatização – PND, nos termos do Decreto n.º 1.836, de 14 de março de 1996.

O Conselho de Administração da Companhia aprovou as Demonstrações Financeiras em 27 de março de 2017.

**NOTA 2 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS**

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras não foram alteradas em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

**2.1. Base de preparação**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

## **2.2. Investimentos em coligadas**

Coligadas são todas as entidades sobre os quais a Companhia tem influência significativa, e que não se configura como uma controlada nem em uma controlada em conjunto.

Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da investida, sem exercer controle individual ou conjunto sobre essas políticas.

Os resultados, ativos e passivos das coligadas são incorporados às demonstrações financeiras com base no método de equivalência patrimonial, exceto quando o investimento é classificado como “mantido para venda”, caso em que é contabilizado de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 31 - Ativos Não Correntes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas. Conforme o método de equivalência patrimonial, os investimentos em coligadas são inicialmente registrados pelo valor de custo e em seguida ajustados para fins de reconhecimento da participação da Companhia no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes da coligada.

Qualquer montante que exceda o custo de aquisição sobre a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da coligada na data de aquisição é reconhecido como ágio. O ágio é acrescido ao valor contábil do investimento. Qualquer montante da participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis que exceda o custo de aquisição, após a reavaliação, é imediatamente reconhecido no resultado.

As exigências do Pronunciamento Técnico CPC 38 são aplicáveis para fins de determinação da necessidade de reconhecimento da perda por redução do valor recuperável com relação ao investimento da Companhia em uma coligada. Se necessário, o total do valor contábil do investimento (inclusive ágio) é testado para determinação da redução ao valor recuperável de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, como um único ativo, através da comparação do seu valor recuperável (maior valor entre o valor em uso e o valor justo menos os custos para vender) com seu valor contábil. Qualquer perda por redução ao valor recuperável reconhecida é acrescida ao valor contábil do investimento. Qualquer reversão dessa perda por redução ao valor recuperável é reconhecida de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) na medida em que o valor recuperável do investimento é subsequentemente aumentado.

Quando a Companhia realiza uma transação com uma coligada, os lucros e prejuízos resultantes são reconhecidos apenas com relação às participações na coligada não relacionadas à Companhia.

## **2.3. Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração do fluxo de caixa.

## **2.4. Instrumentos financeiros**

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

#### **2.4.1. Ativos financeiros**

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento e ativos financeiros “disponíveis para venda”. A classificação depende da finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos inicialmente pelo valor da transação e, posteriormente, avaliados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, pelo método da taxa efetiva de juros.

As variações no valor justo dos investimentos classificados como “disponível para venda”, são reconhecidos no patrimônio líquido. A remuneração obtida de instrumentos de patrimônio líquido, classificados como disponível para venda, é reconhecida como receita, quando é estabelecido o direito de recebimento.

##### **2.4.1.1. Baixa de ativos financeiros**

A Companhia baixa um ativo financeiro apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa provenientes desse ativo expiram, ou transfere o ativo, e substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade para outra empresa. Se a Companhia não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro, mas continuar a controlar o ativo transferido, a Companhia reconhece a participação retida e o respectivo passivo nos valores que terá de pagar. Se reter substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo da propriedade do ativo financeiro transferido, a Companhia continua reconhecendo esse ativo, além de um empréstimo garantido pela receita recebida.

Na baixa de um ativo financeiro em sua totalidade, a diferença entre o valor contábil do ativo e a soma da contrapartida recebida e a receber e o ganho ou a perda acumulado que foi reconhecido em “Outros resultados abrangentes” e acumulado no patrimônio é reconhecida no resultado.

Na baixa de um ativo financeiro que não seja em sua totalidade (por exemplo, quando a Companhia retém uma opção de recompra de parte de um ativo transferido ou retém participação residual que não resulte na retenção de substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade e a Companhia retém o controle), a Companhia aloca o valor contábil anterior do ativo financeiro entre a parte que ele continua a

reconhecer devido ao envolvimento contínuo e a parte que ele não mais reconhece, com base no valor justo relativo dessas partes na data da transferência. A diferença entre o valor contábil alocado à parte que não é mais reconhecida e a soma da contrapartida recebida pela parte que não é mais reconhecida e qualquer ganho ou perda acumulado alocado e reconhecido em "Outros resultados abrangentes" é reconhecida no resultado. O ganho ou a perda acumulado reconhecido em "Outros resultados abrangentes" é alocado entre a parte que continua a ser reconhecida e a parte que não é mais reconhecida com base no valor justo relativo dessas partes.

## **2.5. Remuneração dos investimentos**

Representa o valor a receber referente a dividendos e juros sobre o capital próprio decorrente das participações detidas pela Companhia.

## **2.6. Imobilizado**

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificadores, quando aplicável.

A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

Máquinas e Equipamentos .....	10-15 anos
Direitos de Uso de Software .....	5 anos
Móveis, utensílios e equipamentos .....	3-8 anos

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outros ganhos/(perdas), líquidos" na demonstração do resultado.

## **2.7. Provisões**

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legais ou presumidas) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

## **2.8. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos**

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem o imposto corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e contribuição social, corrente e diferido, é calculado com base nas leis tributárias promulgadas ou substancialmente promulgadas na data do balanço. Os impostos diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias, decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

## **2.9. Capital Social**

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

## **2.10. Distribuição de dividendos**

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

## **2.11. Receita de dividendos e juros**

A receita de dividendos de investimentos é reconhecida quando o direito do acionista de receber tais dividendos é estabelecido (desde que seja provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade).

A receita de ativo financeiro é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

### **2.11.1. Receita Financeira**

A receita financeira representa os rendimentos das aplicações no Fundo Extramercado do Banco do Brasil (aplicação obrigatória definida em lei).

## **2.12. Apuração do resultado do exercício**

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência dos exercícios.

## **2.13. Demonstração do Valor Adicionado (DVA)**

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais.

## **2.14. Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor**

Abaixo segue relação das novas normas que poderiam ter impacto na Companhia:

- IFRS 9 – Instrumentos financeiros
- IFRS 15 – Receita de contratos com clientes
- IFRS 16 – Operações de arrendamento mercantil

A Administração da Companhia está em processo de análise dos impactos desses pronunciamentos, porém, não espera que os mesmos tragam impacto relevante para suas demonstrações financeiras.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia.

## **NOTA 3 - GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO**

### **3.1. Fatores de Risco Financeiro**

#### **I – Risco de volatilidade no preço das ações**

Considerando que a Companhia possui em sua carteira de investimentos participações societárias com cotação em bolsa de valores o risco surge das possíveis alterações nos valores de mercado dessas companhias investidas.

#### **II – Risco de crédito das aplicações financeiras**

As aplicações financeiras da Companhia são representadas pelo investimento em fundo extramercado mantido no Banco Brasil, instituição financeira de primeira linha e que apresenta boas taxas de avaliação de *rating*.

#### **III – Risco de taxa de juros dos rendimentos das aplicações financeiras**

As aplicações financeiras no fundo extramercado mantido no Banco do Brasil são remuneradas pela taxa média da Selic, e o risco surge das possíveis oscilações da referida taxa.

#### *Análise de sensibilidade*

	Cenário base 14,47%	Cenário Provável 11,50%	Cenário Remoto 14,00%	Cenário Possível 10,00%
Rendimento das Aplicações Financeiras	8.989	7.167	8.725	6.232

### 3.2. Gestão de Capital

A ELETROBRAS, cuja participação no capital social da ELETROPAR é de 83,71%, é quem orienta as políticas de investimentos da Companhia. O capital na Companhia não é utilizado com fins especulativos, mas com o objetivo de remunerar seus acionistas.

### 3.3. Estimativa do valor justo

A Companhia adota a mensuração a valor justo de seus ativos e passivos financeiros. Valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

**Nível 1. Mercado Ativo:** Preço Cotado – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representar em transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

**Nível 2. Sem Mercado Ativo:** Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

**Nível 3. Sem Mercado Ativo:** Título Patrimonial – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados.

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

No caso de investimentos de capital classificados como disponíveis para venda, uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título, abaixo de seu custo, também é uma evidência de que os ativos estão deteriorados. Se, qualquer evidência desse tipo, existir para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração consolidada do resultado. Tal prejuízo cumulativo é medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer prejuízo por perda por valor recuperável, sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado.



As perdas por valor recuperável reconhecidas na demonstração do resultado em instrumentos patrimoniais não são revertidas por meio da demonstração consolidada do resultado.

A tabela abaixo apresenta os ativos da Companhia mensurados ao valor justo em 31 de dezembro de 2016.

<b>31/12/2016</b>			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros disponíveis para venda:			
Investimentos	95.320	-	-
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:			
Aplicações financeiras	54.840	-	-
	<b>150.160</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>31/12/2015</b>			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros disponíveis para venda:			
Investimentos	62.178	-	-
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:			
Aplicações financeiras	69.403	-	-
	<b>131.581</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

#### NOTA 4 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são, como segue:

<b>31/12/2016</b>			
	<b>Ativos ao valor justo por meio do resultado</b>	<b>Disponível para venda</b>	<b>Total</b>
Ativos conforme Balanço Patrimonial:			
Investimentos	-	95.320	95.320
Aplicações financeiras	54.840	-	54.840
	<b>54.840</b>	<b>95.320</b>	<b>150.160</b>



			31/12/2015	
			Ativos ao valor justo por meio do resultado	Disponível para venda
				Total
Ativos conforme Balanço Patrimonial:				
Investimentos	-			62.178
Aplicações financeiras	69.403			-
	<b>69.403</b>			<b>62.178</b>
				<b>131.581</b>

## NOTA 5 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são mantidos junto ao Banco do Brasil S.A., nos termos da legislação específica para as Sociedades de Economia Mista sob controle federal, emanada do Decreto Lei n.º 1.290, de 03 de dezembro de 1973, com as alterações decorrentes da Resolução n.º 3.284, de 25 de maio de 2005, do Banco Central do Brasil, que estabeleceu novos mecanismos para as aplicações das empresas integrantes da Administração Federal Indireta.

As aplicações financeiras, de liquidez imediata, encontram-se em fundos de investimento financeiro - extramercado, que têm como meta a rentabilidade em função da taxa média da Selic.

O total de caixa e equivalentes de caixa encontra-se abaixo demonstrado:

	31/12/2016	31/12/2015
Caixa e Bancos	40	38
Aplicações Financeiras	459	5.350
	<b>499</b>	<b>5.388</b>

## NOTA 6 – TÍTULO DE VALORES MOBILIÁRIOS - TVM

As aplicações financeiras encontram-se em fundos de investimento financeiro - extramercado FAE e FAE2, que têm como meta a rentabilidade em função da taxa média da Selic.

	Indexador	Agente Financeiro	Saldo em 31/12/2016
Cotas do Fundo (venc. após 90 dias)	Pré-fixado	Banco do Brasil	54.381
			<b>54.381</b>

**NOTA 7 – REMUNERAÇÃO DOS INVESTIMENTOS**

	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
EDP – Energias do Brasil	876	39
CTEEP	905	-
EMAE	225	52
	<b>2.006</b>	<b>91</b>

**NOTA 8 – DIREITOS E OBRIGAÇÕES COM ELETRONET E EMPRESAS CEDENTES**

Em 2015, após a decisão da ELETROPAR, juntamente com a ELETROBRAS, e a LT Bandeirante Empreendimentos LTDA (acionistas majoritária da Eletronet) de levantar a falência da Eletronet, foi realizada em 15 de dezembro Assembleia Geral de Credores da Massa Falida da Eletronet S./A., onde os credores presentes deliberaram pela quitação das obrigações da Eletronet, nos termos que lhe foram propostos, tendo sido requerida a declaração judicial de extinção de obrigações e o encerramento da falência, com a retomada do exercício ordinário de suas atividades e a produção dos demais efeitos pertinentes.

Com a aprovação da proposta de quitação das obrigações da Eletronet, a ELETROPAR concordou em conceder um desconto de 76,74% sobre o valor original habilitado da dívida:

<b>Credor</b>	<b>Valor Habilitado</b>	<b>Proposta</b>
ELETROPAR	57.356	13.340

Em 23 de dezembro de 2015, a ELETROPAR recebeu R\$ 9.188 mil como 1ª parcela dos R\$ 13.340 mil, restando o valor de R\$ 4.152 mil a ser pago nos exercícios de 2016 a 2018.

Em dezembro de 2016 foi recebido 1/3 do valor acima (R\$ 1.384 mil), corrigido pelo IGPM, referente a 2ª parcela do acordo. O restante do valor será recebido em 24 parcelas mensais e sucessivas, a partir de janeiro de 2017.

Como os créditos junto à Eletronet são derivados do aluguel da infraestrutura e cabos de fibras ópticas das cedentes, esses créditos serão repassados às cedentes (CHESF, Eletronorte, Eletrosul e Furnas), descontada a taxa de administração a qual a ELETROPAR tem direito.

O valor recebido em dezembro foi repassado às cedentes, corrigidos entre a data de recebimento pela Eletronet e a data de repasse, descontada a taxa de administração da ELETROPAR.

Segue abaixo, composição dos direitos e obrigações com a Eletronet e as Empresas Cedentes.

#### DIREITOS ELETRONET E CEDENTES

	31/12/2015	31/12/2016
Contas a receber – Eletronet	4.152	2.964
Outros créditos a receber	1.000	-
	<b>5.152</b>	<b>2.964</b>
Ativo Circulante	<b>2.384</b>	<b>1.482</b>
Ativo Não Circulante	<b>2.768</b>	<b>1.482</b>

#### OBRIGAÇÕES ELETRONET E CEDENTES

	31/12/2015	Pagamento	Correção Monetária	31/12/2016
Obrigação com as Empresas Cedentes	13.073	(11.145)	978	2.906
	<b>13.073</b>	<b>(11.145)</b>		<b>2.906</b>
<b>Passivo Circulante</b>	<b>10.305</b>			<b>1.453</b>
<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>2.768</b>			<b>1.453</b>

Para composição do Contas a Pagar, esta nota explicativa é complementada pelas informações que constam na nota explicativa nº 11.

#### NOTA 9 – ATIVOS FISCAIS A COMPENSAR

	31/12/2016	31/12/2015
IRRF sobre juros sobre capital próprio	155	7
IRRF sobre aplicações financeiras	1.223	1.027
IRRF – exercícios anteriores	4.248	5.069
IRRF – exercício 2015	1.171	-
CSLL – Exercícios anteriores	5	5
COFINS/PIS	-	3
	<b>6.802</b>	<b>6.111</b>
Circulante	3.193	3.919
Não Circulante	3.609	2.192
	<b>6.802</b>	<b>6.111</b>

A Companhia vem utilizando tais créditos de forma consistente desde o exercício social de 2010, fato que tem dado substância à caracterização do referido ativo conforme o Pronunciamento Técnico CPC 38 – Tributos sobre o Lucro.

## NOTA 10 - INVESTIMENTOS

A composição dos investimentos da ELETROPAR em 31 de dezembro de 2016 está distribuída da seguinte forma:

### I – Empresas avaliadas pelo valor justo

	Valor de Mercado (disponível para venda)		Tipo	Quantidade	Participação (%)
	2016	2015			
Eletropaulo <sup>1</sup>	23.660	17.603	PNB	2.095.644	1,25
Energias do Brasil <sup>2</sup>	26.229	17.888	ON	1.892.432	0,31
CPFL Energia <sup>3</sup>	45.431	26.687	ON	1.802.105	0,18
	<b>95.320</b>	<b>62.178</b>			

Em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, dado que tais participações possuem cotação de mercado, a Companhia passou a avaliar os referidos títulos patrimoniais em outras sociedades pelo seu valor justo (valor de mercado). A contrapartida decorrente de tal avaliação é reconhecida como resultado abrangente, sendo registrada no Patrimônio Líquido, na rubrica de Ajuste de Avaliação Patrimonial, dado que a Companhia classifica esses instrumentos financeiros como disponíveis para venda.

Caso seja constatada uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título, abaixo de seu custo, o prejuízo cumulativo será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração consolidada do resultado. Tal prejuízo cumulativo é medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer prejuízo por perda por valor recuperável, sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado.

No primeiro trimestre de 2016 foram registradas perdas pela redução ao valor recuperável do investimento que a ELETROPAR mantém em sua investida Eletropaulo, no montante de R\$ 712.

Em abril de 2016, a CPFL aprovou na AGE, o aumento do atual capital social da Companhia, de R\$ 5.348.312 mil para R\$5.741.284 mil, mediante a capitalização de reserva estatutária de reforço de capital de giro, com bonificação em ações e a emissão de 24.900.531 ações bonificadas, à razão de 2,5%, ou seja, na proporção de 0,025 nova ação, da mesma espécie, para cada ação possuída de que forem

<sup>1</sup>Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. – ELETROPAULO

<sup>2</sup>EDP Energias do Brasil S.A. – ENERGIAS DO BRASIL

<sup>3</sup>CPFL Energia S.A. – CPFL Energia

titulares os acionistas na posição final do dia 29 de abril de 2016. Nesta operação a quantidade de ações disponibilizadas a ELETROPAR com a bonificação é de 44.084 novas ações e a quantidade de ações ON da CPFL passa de 1.758.021 para 1.802.105.

Em Junho de 2016, a ELETROPAR subscreveu 406.754 ações ordinárias da EDP – Energias do Brasil, no valor unitário de R\$11,50, totalizando no montante de R\$ 4.678 mil, conforme ata da 226ª Reunião do Conselho de Administração da EDP.

## II –Empresas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial

A ELETROPAR detém participações societárias, além daquelas descritas anteriormente, nas companhias mencionadas abaixo, as quais são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial pelo fato de a controladora da ELETROPAR, a ELETROBRAS, possuir participação nas mesmas empresas o que as caracteriza como coligadas:

	<b>Tipo</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Participação (%)</b>
CTEEP	PN	1.084.797	0,6578
EMAE	PN	523.911	1,420
Eletronet	PN	149.999.001	49,000

Na 300ª Reunião do Conselho de Administração da CTEEP, realizada em 02 de junho de 2016, a companhia homologou o aumento de capital, dentro do limite aprovado pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 05 de abril de 2016, no valor de R\$ 157.146 mil, com emissão de 3.461.371 ações preferenciais, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

A ELETROPAR subscreveu 24.572 ações preferenciais.

### Mutação dos Investimentos

	<b>CTEEP</b>	<b>EMAE</b>	<b>TOTAL</b>
<b>Saldo em 31/12/2015</b>	<b>18.547</b>	<b>10.798</b>	<b>29.345</b>
Aumento de capital	641	-	641
Equivalência	31.237	784	32.021
Outros resultados abrangentes	-	(1.091)	(1.091)
JCP/Dividendos	(1.631)	(226)	(1.857)
<b>Saldo em 31/12/2016</b>	<b>48.794</b>	<b>10.265</b>	<b>59.059</b>

O Patrimônio Líquido da CTEEP é ajustado para adequação às políticas contábeis aplicadas nas Demonstrações Financeiras do Sistema ELETROBRAS.

Os ajustes foram realizados com base nas glosas que a Secretaria de Fazenda do Estado tem realizado nos valores cobrados pela CTEEP em virtude do pagamento de aposentadoria, considerando a aplicação do pronunciamento técnico CPC nº 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, e no que se refere aos

pagamentos realizados aos aposentados, tal obrigação decorre de preceito legalmente instituído (Lei estadual nº 4819/1958) e ratificado por decisão judicial. Tal fato caracteriza uma obrigação construtiva conforme definições contidas no pronunciamento técnico CPC nº 33 – Benefícios pós-emprego. Contudo, a CTEEP não apresenta em seu passivo valores correspondentes a tal obrigação.

Segue abaixo o ajuste realizado no Patrimônio Líquido da CTEEP até 31 de dezembro de 2016.

<b>Ajuste Patrimônio Líquido CTEEP</b>		<b>Partic.</b>
	<b>CTEEP</b>	<b>0,65789%</b>
<b>Patrimônio Líquido 31/12/16</b>	<b>10.118.390</b>	<b>66.569</b>
Ajustes acumulados	(2.702.239)	(17.775)
<b>Saldo ajustado em 31/12/16</b>	<b>7.416.151</b>	<b>48.794</b>

## II.1 Investida CTEEP

### Prorrogação das Concessões de Serviço Público de Energia Elétrica

As empresas investidas, CTEEP e EMAE, foram afetadas pelos termos definidos na Medida Provisória nº 579/12, convertida na Lei nº 12.783, em 11 de janeiro de 2013.

No que se refere a investida EMAE, a empresa possui o contrato 002/2004-ANEEL afetado pela nova regulamentação. Em 03 de dezembro de 2012, a investida divulgou fato relevante informando que em Assembleia Geral Extraordinária foi aprovada a assinatura do Termo Aditivo que prorroga o seu contrato de concessão.

Com relação à investida CTEEP, como consta na nota explicativa às suas demonstrações financeiras de 2012 (nota 1.2), a empresa realizou a assinatura do aditivo ao contrato de concessão nº 059/2001, com opção de recebimento da reversão, no valor de R\$ 2.891.291, da seguinte forma:

- 50% à vista (o recebimento ocorreu em 18 de janeiro de 2013);
- 50% em parcelas mensais, a serem pagas até o vencimento do contrato de concessão vigente na data de publicação da Portaria, ou seja, até 07 de julho de 2015, atualizadas pelo IPCA, acrescidas pelo Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) de 5,59% real ao ano, a contar do primeiro dia do mês de assinatura do termo aditivo do contrato de concessão.

Em 21 de dezembro de 2015 a ANEEL publicou Despacho nº 4036/2015 com novo entendimento para o valor das instalações do "SE" que a CTEEP teria direito de receber, no montante de R\$3.896.328 mil. Também, em 20 de abril de 2016 o Ministério de Minas e Energia emitiu a Portaria nº 120, determinando que os valores homologados pela ANEEL relativos a estes ativos, passem a compor a Base de Remuneração Regulatória das concessionárias de transmissão de energia elétrica à partir do processo tarifário de 2017, pelo prazo estimado de oito anos.

O valor referente às instalações do SE, em 30 de setembro de 2016, foi remensurado conforme condições previstas na Portaria nº 120/16 e valores regulamentados pela Nota Técnica ANEEL nº 336/2016, por determinação do CPC 38 – Instrumentos

Financeiros – Reconhecimento e Mensuração e a luz do CPC 23 – Políticas contábeis, mudanças de estimativas e retificação de erros.

A partir da estimativa dos valores da RAP, base setembro de 2016, a CTEEP revisou o fluxo de recebimento de caixa e remensurou o ativo financeiro referente às instalações do SE, em 30 de setembro de 2016, que resultou em R\$8.602.710, com impacto de R\$7.111.714 no ativo financeiro, R\$6.315.963 na receita operacional líquida (R\$795.751 referente PIS e COFINS diferidos), R\$2.147.428 nas provisões para imposto de renda e contribuição social diferidos e R\$4.168.535 no lucro líquido. A remuneração deste ativo financeiro no 4º trimestre de 2016 gerou uma receita de R\$206.778, registrada na rubrica de remuneração dos ativos da concessão.

Considerando a participação da Companhia na referida investida, o impacto na receita de equivalência do 4º trimestre foi no montante de R\$ 1.329.

## **II.2 Investida Eletronet**

A Eletronet S.A. é uma empresa domiciliada no Brasil, com sede no estado do Rio de Janeiro, controlada pela LT Bandeirante Empreendimentos LTDA. Sendo a Eletropar acionista minoritária, com 49% das ações da companhia. Com o agravamento da situação financeira da Eletronet, em 16 de maio de 2003 foi deferida a sentença de falência da companhia com continuação de negócios.

A companhia permaneceu neste processo de falência com continuação de negócios até o dia 15 de dezembro de 2015, quando foi realizada a Assembleia Geral de Credores, com a aprovação do acordo para quitação das obrigações da Eletronet e o levantamento da falência.

No dia 07 de abril, após o cumprimento, pela então síndica da massa falida, das obrigações estabelecidas na sentença de levantamento da falência, foi entregue a chave da empresa para os novos administradores eleitos pelos acionistas.

Após assumir a companhia, os administradores empenhados no sentido de reverter a sua situação financeira e operacional vem adotando medidas para o restabelecimento de seu equilíbrio financeiro, econômico e da posição patrimonial, recuperação da sua lucratividade e geração de caixa suficiente para o cumprimento das suas obrigações.

No dia 09 de dezembro de 2016 foram aprovados pela administração da Eletronet as demonstrações contábeis para os trimestres findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2016.

As Demonstrações Contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram aprovadas pela administração da Eletronet no dia 23 de fevereiro de 2017.

Segue abaixo a Demonstração das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.



Valores em milhares de Reais

	<b>Capital Social</b>	<b>Prejuízos acumulados</b>	<b>Total</b>
Saldo em 31/12/14 (não auditado)	321.387	(682.576)	(361.189)
Lucro líquido do exercício 2015		173.963	173.963
<b>Saldo em 31/12/15</b>	<b>321.387</b>	<b>(508.612)</b>	<b>(187.225)</b>
Prejuízo do exercício 2016	-	(44.260)	(44.260)
<b>Saldos em 31/12/16</b>	<b>321.387</b>	<b>(552.872)</b>	<b>(231.485)</b>

No relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Contábeis da companhia foi apresentada opinião com ressalva referente Provisão de imposto de renda e contribuição social e PIS e COFINS sobre perdão de dívida.

Considerando as ressalvas do auditor independente da Eletronet e as políticas e práticas contábeis da Eletropar, o patrimônio líquido (passivo a descoberto) da companhia foi ajustado, conforme demonstrado abaixo:

#### Participação da Eletropar no PL Ajustado da Eletronet

	<b>Eletronet</b>	<b>Partic. 49%</b>
<b>Patrimônio Líquido 31/12/16</b>	<b>(231.485)</b>	<b>(113.428)</b>
Ajustes exercício 2015	(78.277)	(38.356)
Ajustes exercício 2016	(31.652)	(15.509)
<b>Saldo ajustado em 31/12/16</b>	<b>(341.414)</b>	<b>(167.293)</b>

Como a Eletronet é uma coligada da Eletropar, conforme CPC 18, deve ser aplicado o método de equivalência patrimonial para contabilização deste investimento.

De acordo com o item 38 e 39 do CPC 18, quando a participação do investidor nos prejuízos do período da coligada ou do empreendimento controlado em conjunto se igualar ou exceder o saldo contábil de sua participação na investida, o investidor deve descontinuar o reconhecimento de sua participação em perdas futuras. Após reduzir, até zero, o saldo contábil da participação do investidor, perdas adicionais devem ser consideradas, e um passivo deve ser reconhecido, somente na extensão em que o investidor tiver incorrido em obrigações legais ou construtivas (não formalizadas) ou tiver feito pagamentos em nome da investida.

Como a Eletropar não realizou pagamento em nome da investida e não incorreu em obrigações legais ou construtivas (inclusive item vetado, na cláusula 2.3 do acordo de acionista), não cabe provisão de perdas adicionais, mantendo-se apenas o valor do investimento integralmente provisionado (saldo zero).

### II.3 Ativo e Passivo Coligadas

31/12/2016						
Coligadas	Participação %	Ativo financeiro, intangível e imobilizado	Outros ativos	Empréstimos e financiamentos	Outros passivos	Patrimônio líquido
<b>CTEEP</b>	0,66	43.643	14.559.451	312.561	4.172.143	10.118.390
<b>EMAE</b>	1,42	12.558	1.020.772	-	310.391	722.939
<b>Eletronet</b>	49,00	78.484	40.394	-	350.363	(231.485)

### II.4 Resultado Coligadas

31/12/2016						
Coligadas	Receita Operacional Líquida	Receita Financeira	Despesa Financeira	Imposto sobre o lucro	Lucro Líquido (Prejuízo)	Depreciação e Amortização
<b>CTEEP</b>	7.585.688	51.106	(169.258)	(2.324.143)	4.932.312	(8.313)
<b>EMAE</b>	178.006	86.855	(1.098)	(20.948)	54.980	(925)
<b>Eletronet</b>	53.559	5.229	(31.333)	-	(44.260)	23.914

### III – Saldo total de investimentos em participações societárias

	31/12/2016	31/12/2015
Avaliados ao valor justo	95.320	62.178
Avaliados por equivalência patrimonial	59.059	29.345
	<b>154.379</b>	<b>91.523</b>

### NOTA 11– CONTAS A PAGAR

	31/12/2016	31/12/2015
ELETROBRAS	1.177	1.094
ABRA RIO Prest. de Serv. Terceirizados Ltda.	50	47
Cedentes	2.906	13.073

Outros	16	15
	<b>4.149</b>	<b>14.229</b>
<b>CIRCULANTE</b>	<b>2.696</b>	<b>11.461</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>1.453</b>	<b>2.768</b>

## NOTA 12 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

### I – Reconciliação do benefício (despesa) do imposto de renda e da contribuição social

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Lucro (Prejuízo) antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social:	36.389	5.936
Imposto de Renda e Contribuição Social às alíquotas da legislação (34%):	12.372	2.018
Efeitos de adições e (exclusões):		
Equivalência patrimonial e dividendos	(11.503)	(1.164)
Provisão p/ perdas – investimentos disp. p/ venda	404	64
Reversão Provisão Eletronet	-	(91)
Provisão Riscos Trabalhistas/Administrativos	19	102
Outros	(412)	(303)
	<b>(11.492)</b>	<b>(1.392)</b>
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social no resultado</b>	<b>880</b>	<b>626</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>2,42%</b>	<b>10,54%</b>

### II – Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre o ajuste de avaliação a valor justo dos investimentos classificados como disponíveis para venda correspondentes às diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As

alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

A movimentação do passivo de imposto de renda diferido durante o exercício é a seguinte:

<b>Saldo em 31/12/2015</b>	<b>11.342</b>
IR/CS diferidos sobre avaliação a valor justo	7.619
<b>Saldo em 31/12/2016</b>	<b>18.961</b>

## NOTA 13 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### I – Capital Social

O Capital Social de R\$ 118.054 é composto de 11.764.889 (onze milhões, setecentos e sessenta e quatro mil, oitocentos e oitenta e nove) ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.

A composição acionária em 31 de dezembro de 2016 está assim representada:

	QUANTIDADE DE ACIONISTAS	AÇÕES	
		Quantidade	Participação (%)
ELETROBRAS	1	9.848.904	83,71
Minoritários	28.857	1.915.985	16,29
	<b>28.858</b>	<b>11.764.889</b>	<b>100,00</b>

O valor patrimonial das ações representativas do Capital Social, em 31 de dezembro de 2016, é de R\$ 16,03 por ação (R\$ 12,33 por ação, em 31 de dezembro de 2015).

### II - Remuneração aos acionistas

O estatuto da Companhia estabelece como dividendo mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado nos termos da legislação societária, respeitada a remuneração mínima para ações, respectivamente, do capital social relativo a esta espécie e classe de ações.

A proposta de remuneração aos acionistas referente ao exercício de 2016, no valor de R\$ 0,71950 por ação, corresponde a 25% do lucro líquido ajustado nos termos da Lei n.º 6.404/76 acrescidos dos dividendos prescritos referentes ao ano de 2013, e será atualizada com base na taxa Selic, estabelecida pelo Banco Central do Brasil, nos termos do decreto n.º 2.673 de 16 de julho de 1998, que dispõe sobre o

pagamento, pelas empresas estatais federais, de dividendos ou de juros sobre capital próprio.

A atualização incide a partir de 01 de janeiro de 2016 até a data do efetivo início do pagamento da remuneração, data está a ser deliberada pela Assembleia Geral Ordinária que apreciará a presente Demonstração Financeira e a proposta de destinação do resultado deste exercício. Sobre a parcela referente à atualização monetária pela taxa Selic incidirá IRRF.

Nos termos da Interpretação Técnica ICPC 08, o montante que foi reconhecido como obrigação em 31 de dezembro de 2016, representa o mínimo obrigatório definido no estatuto da Companhia, que monta R\$ 8.465 (no valor de R\$ 0,71950 por ação). O restante, no valor de R\$ 25.395, está classificado em conta específica do Patrimônio Líquido, na rubrica Reservas de Lucros a realizar, em conformidade com o art. 197, da Lei 6.404/76.

A alocação nessa reserva ocorre para refletir o fato de que a equivalência patrimonial não corresponde a parcela do lucro realizado. Uma vez realizado, caso a reserva não seja absorvida por prejuízos posteriores, a Companhia destinará seu saldo nos termos do artigo 19 da Instrução CVM 247/1996 para aumento de capital, distribuição de dividendo ou constituição de outras reservas de lucros, observadas as propostas da administração a serem feitas oportunamente.

#### Item 1 - Cálculo do dividendo mínimo obrigatório

Lucro líquido do exercício	35.509
(-) Reserva legal	(1.775)
(+) Dividendos prescritos	126
<b>(=) Lucro líquido do ajustado</b>	<b>33.860</b>
(x)	25%
<b>(=) Dividendo mínimo obrigatório</b>	<b>8.465</b>

#### Item 2 - Cálculo do lucro líquido realizado (art.197 da Lei 6.404/76)

Lucro líquido do exercício	35.509
(-) Lucro não realizado - Equivalência	(32.021)
<b>(=) Lucro líquido realizado</b>	<b>3.488</b>

#### Item 3 - Destinação do Lucro Líquido Ajustado

Reserva legal	1.775	
Dividendo mínimo obrigatório	8.465	
Reserva de lucros a realizar	25.395	
<b>(=) Total</b>	<b>35.635</b>	
Dividendo mínimo	8.465	Div. p/ ação <u>0,71950</u>
Quantidade de ações	11.764.889	
<b>Dividendo por ação</b>	<b>0,7194984</b>	

**NOTA 14 – LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO**

O lucro por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

Apresentamos a seguir o lucro por ação básico e diluído conforme os parâmetros definidos no Pronunciamento Técnico CPC 41 – Lucro por ação:

**01/01/2016 a 31/12/2016**

Numerador	<u>Ordinárias</u>	<u>Total</u>
Lucro atribuível a cada classe de ações	35.509	35.509
Denominador		
Média ponderada da quantidade de ações	11.765	11.765
% de ações em relação ao total	100%	100%
Resultado por ação básico e diluído (R\$)	<u>3,01841</u>	<u>3,01841</u>

**01/01/2015 a 31/12/2015**

Numerador	<u>Ordinárias</u>	<u>Total</u>
Lucro atribuível a cada classe de ações	5.310	5.310
Denominador		
Média ponderada da quantidade de ações	11.765	11.765
% de ações em relação ao total	100%	100%
Resultado por ação básico e diluído (R\$)	<u>0,4513</u>	<u>0,4513</u>

**NOTA 15 - PARTES RELACIONADAS**

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 5 – Divulgação sobre Partes Relacionadas enquadram-se nesse conceito a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre partes relacionadas, independente de haver ou não um valor alocado à transação.

As transações com partes relacionadas são realizadas pela Companhia em condições estritamente comutativas, não gerando qualquer benefício indevido às suas contrapartes ou prejuízos à Companhia.

Conforme os conceitos definidos no referido pronunciamento do CPC, a ELETROPAR possui como partes relacionadas: sua controladora, coligadas e o pessoal-chave da

administração. As transações mantidas com partes relacionadas são detalhadas nos itens a seguir:

## I – Controladora

Os saldos decorrentes de transações mantidas com a ELETROBRAS são apresentados a seguir:

	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
<b>PASSIVO</b>		
Contas a pagar		
- ELETROBRAS <sup>4</sup>	1.177	1.094
	<b>1.177</b>	<b>1.094</b>
<b>RESULTADO</b>		
Gastos com pessoal requisitado	2.578	2.264
Aluguel	180	82
Energia	18	9
	<b>2.776</b>	<b>2.355</b>

## II – Coligadas

### CTEEP

#### ATIVO

Remuneração dos investimentos  
Participação Societária

	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
Remuneração dos investimentos	1.630	2.206
Participação Societária	48.794	18.547
	<b>50.424</b>	<b>20.753</b>

#### RESULTADO

Perda na subscrição  
Resultado com participações societárias

	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
Perda na subscrição	(474)	-
Resultado com participações societárias	31.237	2.380
	<b>30.763</b>	<b>2.380</b>

<sup>4</sup>Os saldos dessa rubrica são decorrentes de valores a serem reembolsados à ELETROBRAS em função dos seguintes itens:

- Convênio firmado entre ELETROBRAS e ELETROPAR para utilização, pela ELETROPAR, da infraestrutura administrativa da ELETROBRAS, contemplando os serviços de copa, segurança, limpeza e informática.
- Valores relacionados com o aluguel da sede administrativa da ELETROPAR, cujo espaço físico está sublocado pela ELETROBRAS à ELETROPAR, através de contrato firmado entre as partes.
- Saldo decorrentes de reembolso a ser efetuado à ELETROBRAS dos gastos com o pessoal requisitado pela ELETROPAR à ELETROBRAS.



<b>EMAE</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
<b>ATIVO</b>		
Remuneração dos investimentos	227	52
Participação Societária	10.264	10.798
	<b>10.491</b>	<b>10.850</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		
Outros resultados abrangentes	(1.091)	342
	<b>(1.091)</b>	<b>342</b>
	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
<b>RESULTADO</b>		
Resultado com participações societárias	784	846
	<b>784</b>	<b>846</b>

### III – Eletronet e empresas cedentes

O detalhamento do relacionamento da Companhia com a Eletronet e as empresas cedentes é apresentado na nota explicativa n.º 8.

### IV – Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros de administração e fiscal, e diretores.

	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
Remuneração dos Diretores e dos Conselheiros	1.112	1.050
Encargos Sociais	367	342
Benefícios	30	35
	<b>1.509</b>	<b>1.427</b>

### NOTA 16 – Provisão para obrigações legais vinculadas a processos judiciais

As provisões para contingências judiciais são constituídas sempre que a perda for avaliada como provável. Nesse caso, tal contingência ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e os montantes envolvidos seriam mensuráveis com suficiente segurança, levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento de tribunais (jurisprudência).

Riscos contingentes com expectativa de perda possível são divulgados pela Administração, não sendo constituída provisão. Essa avaliação é suportada pelo julgamento da Administração, juntamente com seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis.

A Companhia não possui causas judiciais com perda estimada como possível.

Segue abaixo o montante de causas, por natureza, consideradas pela Administração da Companhia como sendo de risco de desembolso futuro provável. Este valor foi provisionado em dezembro de 2015 e mantém sua provisão em dezembro de 2016.

<b>Natureza</b>	<b>Valor</b>
Trabalhista	300
<b>TOTAL</b>	<b>300</b>

Marcelo Lobo de Oliveira Figueiredo  
*Diretor Presidente*

Jorge José Teles Rodrigues  
*Diretor Superintendente e de Relações  
com Investidores*

Glaucy Dourado dos Santos  
*Contadora*  
CRC-RJ 101.402/O-6

### **Conselho de Administração**

Samuel Assayag Hanan  
*Presidente*

Marcelo Lobo Oliveira Figueiredo  
*Conselheiro*

Carlos Alberto Policaro  
*Conselheiro*

Francisco de Assis Duarte de Lima  
*Conselheiro*

Henrique Villa da Costa Ferreira  
*Conselheiro*

### **Conselho Fiscal**

Hélio Saraiva Franca  
*Presidente*

Luiz Manoel Claro Soares  
*Conselheiro*

Paulo Sergio Petis Fernandes  
*Conselheiro*